

Ata nº 08 ( oito ) da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS realizada no dia vinte e seis de dezembro de 2023, reuniram-se na Casa dos Conselhos às 08:49. Iniciou a reunião dando boas vindas a todos os presentes. A pauta da reunião: leitura da ata nº 7; Plano de Trabalho de construção do serviço de acolhimento CERCRIA I; Reforma do serviço de acolhimento para pessoa em situação de Rua – Pop Rua; Plano de ação 2024 do cofinanciamento Federal da assistência social; Reprogramação dos recursos do Programa ACESSUAS Trabalho para 2024. A ata anterior foi lida, a conselheira Mara levantou uma questão sobre a inclusão do nome da conselheira Raciley na ata, mesmo esta não tendo estado presente na última reunião. Robson esclareceu que fará a exclusão do referido nome, a ata foi aprovada pelo conselho. O conselheiro Robson apresentou o plano de trabalho de construção do serviço de acolhimento CERCRIA I, o conselheiro informou que o município participou de edital estadual para seleção de projetos de construção e reforma de serviços da assistência social e que, o município foi selecionado para uma construção (CERCRIA I) e reforma (Pop Rua), sendo a apreciação e aprovação, pelo CMAS, dos planos de trabalhos, requisito para a etapa de envio de documentação. Robson apresentou o plano de trabalho referente ao CERCRIA I, informou que apesar de contemplar o CERCRIA I, o município optou por elaborar o projeto contemplando os dois abrigos de crianças e adolescentes, sendo o CERCRIA I e CERCRIA II. A construção será custeado com recursos cofinanciados Estaduais, fundo a fundo, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e o valor de contrapartida municipal no valor de R\$ R\$ 3.264.242,19 (três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), sendo um total de R\$ 4.464.242,19 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), destacando que no valor de contrapartida, há recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Após apresentação do plano de trabalho, o mesmo foi aprovado. Em relação ao plano de trabalho da reforma do serviço de acolhimento para pessoa em situação de Rua – Pop Rua, o conselheiro Robson informa que o município optou pela reforma do referido serviço por entender que o mesmo se encontrava em estado de má conservação, ressaltando a necessidade de uma reforma abrangente para humanizar o espaço, informou também que o espaço físico agora pertence ao município. A reforma será custeada com recursos cofinanciados Estaduais, fundo a fundo, no valor de no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e o valor de contrapartida municipal no valor de R\$ 1.771.167,73 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, cento e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), sendo um total de R\$ 2.271.167,73 (dois milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e

sessenta e sete reais e setenta e três centavos). Após apresentação do plano de trabalho, o mesmo foi aprovado. Em relação ao Plano de ação 2024 do cofinanciamento Federal da assistência social, o conselheiro Robson, informou que se trata de documento anual enviado pelos governos federal e estadual. Robson explicou os serviços e valores já pactuados entre governo federal e município, fornecendo o valor total previsto para repasse pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social, ressaltando que não há garantia de recebimento desse valor, mas sim o preenchimento prévio do que já é pactuado. O montante previsto é de R\$ 3.124.303,00 (três milhões, cento e vinte e quatro mil e trezentos e três reais). Após apreciação, o Plano de ação do cofinanciamento Federal fundo a fundo 2024 foi aprovado. Sobre o ponto de pauta da reprogramação dos recursos do programa ACESSUAS Trabalho para 2024, o conselheiro Robson explicou que o programa se trata de ações de fomento ao mercado de trabalho e que o município recebeu o recurso em 2016, porém até o momento não executou, por se tratar de um programa que limita as ações, pois não pode realizar cursos profissionalizantes e si ações que estimulem o acesso ao mercado de trabalho, tais como oficinas de como se comportar em entrevista, confecção de currículos, banco de dados de empresas e pessoas que procuram emprego, entre outras. Explicou que há um prazo para utilizar esses recursos até 2025-2026 e que foi realizado um chamamento público em 2023 para selecionar OSC para execução do programa. No entanto, devido à complexidade de iniciar um programa entre dezembro e janeiro, a execução e repasse serão iniciados em março e, a execução será realizada por uma organização da sociedade civil de Ibirapu. Robson esclareceu que o valor remanescente se trata do montante recebido em 2016 mais os rendimentos dos anos que o recurso está em conta. Após explicação, a reprogramação do saldo para utilização no ano de 2024, do Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, no valor de R\$ 689.841,52 (seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um mil reais e cinquenta e dois centavos), foi aprovado. Sem mais nada a tratar, a reunião foi encerrada as 09:42.

Maria do Socorro S. Reinoso 

Robson Scaramussa Araújo 

Raciley Maria Lopes Sossai

Zulene Passos Avancini 

Maria Amélia Souza Ferreira

Jacimara Braga Zancheta



Daniel Mendes dos Santos

